

Saúde Pública e Assistência em Lisboa no tempo de D. Sebastião

Maria de Fátima Reis
Professora Auxiliar da Faculdade de Letras de Lisboa

Resumo: A «peste grande» de 1569, de particular incidência na cidade de Lisboa, e já bem conhecida pelos seus efeitos de sobremortalidade, impôs a adopção não só de cuidados médicos específicos, como também de medidas caritativas suplementares. Estas expressas na criação de Recolhimentos para assistir os mais desprotegidos: crianças abandonadas e jovens órfãs. As informações obtidas, se fragmentárias, permitem concluir que estas instituições, de vida efémera, estabelecidas por iniciativa jesuítica e assentimento régio, potenciaram a assistência a um grupo relativamente benévolo de incidência da peste.

Na actual multiplicidade de vias historiográficas, a escolha conserva a essência da interrogação num querer saber das existências concretas passadas. É esta uma maneira de encontrar os modos singulares de vida e de busca dos sentidos da realidade. Referenciável e visível, o tema em análise aborda uma situação de ruptura e descontinuidade sofredora: a doença e a morte. Consequência evidente de um facto – epidémico -, os gestos que exprimem o sofrimento constroem caminhos de prevenção e superação. Nessas acções podem-se situar as soluções adoptadas para cuidar do bem estar das populações, mormente as régias e as municipais, seja ao nível da higiene pública ou da assistência e da piedade. A fundação de estabelecimentos de beneficência e o fomento de certas práticas devocionais situam-se entre as medidas caritativas equilibradoras dos comportamentos sociais. Nesta linha de intervenções impõe-se compreender as iniciativas levadas a cabo em Lisboa no tempo do *Desejado*, aquando do surto pestífero de 1569, para regular a assistência aos mais carenciados e responder às necessidades espirituais de então. De protecção directa do monarca tem-se a criação do Recolhimento dos Meninos e do Recolhimento de Santa Marta, assim como o voto de edificação de um templo consagrado a São Sebastião. Como a análise dos medos e das tendências devocionais desta crise compreendem um outro trabalho dedicado a esse

*Santuário de Memória*¹ e, se é bem verdade, que o cuidado das almas detinha primazia sobre o dos corpos, a fundação de Casas Assistenciais enquadra-se na lógica da cura e do amparo, constituindo o objecto do presente estudo.

Instituições de caridade que reflectem experiências epidémicas repetidas² num esforço para melhorar o ambiente urbano³, os Recolhimentos sebásticos são paradigmas dos programas de saúde pública da modernidade, marcados pelo seu carácter reactivo e defensivo. O estudo que se apresenta, enquadrado no principal objectivo da saúde pública – a prevenção e o controlo das epidemias –, procura compreender como reagiu a cidade de Lisboa à peste grande⁴ em matéria de protecção às crianças abandonadas e às jovens órfãs, elementos de todo desprotegidos⁵. Expressão do gradual amadurecimento das medidas de saúde, em que cumpre destacar a *Recopilação das cousas que convem guardar-se no modo de preservar a cidade de Lisboa e os sãos, e curar os que*

¹ Estudo intitulado “A «peste grande» de 1569 em Lisboa e a Procissão da Saúde” a apresentar ao Colóquio Internacional sobre “O Sebastianismo. Política, doutrina e mito. Séculos XVI-XIX”, na Academia Portuguesa da História, a decorrer entre 18 e 20 de Outubro de 2004.

² Para um pronto conspecto das sucessivas “visitações” da pestenença na capital e das disposições adoptadas para o agasalho dos enfermos, que passava pelo seu isolamento, e das consequentes medidas sanitárias empreendidas para combater ou atenuar a disseminação dos eflúvios miasmáticos, vide Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. I, Lisboa Typographia Universal, 1882, pp. 452-511.

³ De entre as conhecidas providências de salubridade da capital, com penas para os transgressores, lembre-se o alvará de D. João III, de 27 de Setembro de 1506, publicado por António da Cunha Vieira de Meirelles, *Memórias de Epidemiologia Portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866, pp. 65-68.

⁴ Tema recorrente na historiografia portuguesa, a grande peste de 1569, que durou de Julho à primavera do ano seguinte, e que atingiu particularmente Lisboa, tem sido sempre considerada pelos seus máximos infaustos efeitos. Sem qualquer propósito de citação exaustiva, vide, pela diversa interpretação, idem, *ibidem*; Xavier da Cunha, *Revoadas de Peste Bubónica em Lisboa nos Séculos XVI e XVII. Velharias Recopiladas*, Lisboa, Typ. de A. De Mendonça & Duarte, 1893; Fernando da Silva Correia, *A assistência médica em Portugal durante o Século XVI*, Lisboa, 1943, separata da *Imprensa Médica*, ano IX, nº 15-17, 1943; Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários del-Rei D. Sebastião*, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1963 e Mário da Costa Roque, *A «Peste Grande» de 1569 em Lisboa*, Lisboa, 1982, separata dos *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. 28. Aqui se resenham as diversas causas atribuídas pelos coevos à peste, particularmente, as sobrenaturais. Vide idem, *ibidem*, pp. 74-76.

⁵ Vejam-se os sentidos do desamparo e as medidas de protecção à infância desvalida levadas a cabo ao longo da época moderna, em Maria de Fátima Reis, *Os Expostos em Santarém. A Acção Social da Misericórdia (1691-1710)*. Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Edições Cosmos, 2001, em especial, pp. 21-24 e 57-71.

estiverem enfermos, de Agosto de 1569⁶, entenda-se a criação dessas Casas, em momentos de crise epidémica, como medidas profiláticas e terapêuticas adicionais à defesa da «boa ordem» na cidade. A par da limpeza urbana e individual, das indicações bromatológicas e do isolamento, tidos como a maior defesa contra a peste, os cuidados médicos e de caridade representam um vigoroso intervencionismo. Centrando-se este estudo nas emergentes práticas de caridade, impõe-se conhecer os esforços régios e clericais na coordenação dos cuidados especiais de assistência. É bem verdade que Lisboa contava ao tempo de D. Sebastião com uma estruturada organização beneficente, de cuja rede fazia parte, ao nível da concentração de receptores de caridade, o Hospital de Todos-os-Santos e a irmandade da Misericórdia. Todavia, a disfunção social provocada pela peste, de subida letalidade, impôs a adopção de medidas de emergência, destinadas a servir de suplemento aos tipos caritativos existentes, seja através de tratamentos médicos ambulatorios e domiciliários, ou da erecção de estabelecimentos próprios para cuidar dos pestosos.

Além dos dois grandes hospitais erguidos na cidade, para receber os empestados, por proposta dos médicos sevilhanos que, a pedido do rei, aí se encontravam para auxiliar os físicos de Lisboa⁷, um estabelecido numa quinta do arrabalde e o outro construído numa praia próxima, sabe-se da edificação de dois recolhimentos, um para crianças abandonadas e outro para jovens órfãs. As notícias destas instituições são fragmentárias, dificultando o conhecimento do respectivo quotidiano vivencial. Porém, tudo leva a crer, pelas informações disponíveis, que tenham tido duração episódica. Por incentivo régio⁸ e influência jesuítica⁹ criou-se um recolhimento para abrigo dos meninos órfãos e desamparados, “acudindo com amas aos que eram de peito”¹⁰.

⁶ Vide a cronologia médica de elaboração dessas instruções em Mário da Costa Roque, *op. cit.*, especialmente pp. 84-85.

⁷ Tratava-se de Tomás Álvares e Garcia de Salzedo Coronel, escolhidos pela subida proficiência manifestada durante a epidemia que grassara em Sevilha nos últimos dois anos. Vide *idem, ibidem*, pp. 80-81.

⁸ Vide “Carta que o P. Cypriano Soares escreveu a Nosso Padre Geral em que relata o suceso da Peste que ouue em Lisboa anno 1569”, de 25 de Fevereiro de 1570, apud Francisco Rodrigues, S. J., *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, vol. I, tomo II, Porto, 1938, p. 523.

⁹ A epístola supra citada alude claramente à intervenção do Padre Francisco de Monserrate, da Companhia de Jesus na construção de uma “casa de los orfanos”. Vide *idem, ibidem*, pp. 526-529.

¹⁰ Vide Sousa Viterbo, *Notícia sobre alguns médicos portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895-1898, p. 10.

Temporário e criado de emergência durante o flagelo, sabe-se que terá albergado mais de quinhentas crianças, “fuera los de teta, para los quales se han buscado ammas, y a todos sustenta el rei”¹¹. Os já contaminados pela peste, eram tratados noutra casa, ordenada também à custa do rei, e os demais encontravam no dito recolhimento o amparo e a protecção que permitisse um ulterior reconhecimento e eventual recuperação familiar¹². O número de crianças recolhidas não será inverosímil, se se atender ao relatado cômputo de vítimas que os cronistas coevos atribuem à peste¹³. O Padre Jorge Serrano, da Companhia de Jesus, nas já referidas notícias enviadas para Roma, em Dezembro de 1569, estima as vítimas em cinquenta mil e refere que no desespero “as mães deixauão os filhos”¹⁴. Claro fica do que se conhece que foram religiosos, nomeadamente da Companhia de Jesus, que prestaram assistência no Recolhimento, cuja função disciplinadora não será de ignorar. Medida imediata e directa, subsidiada pelo poder central, cuja natureza protectora correspondia à urgência calamitosa da situação.

Tal o caso do Recolhimento de Santa Marta, também de iniciativa régia e jesuítica, com claros objectivos de equilíbrio da ordem familiar. Os relatos de uma cidade com grande número de órfãs desamparadas “em idade perigosa [...] de se perderem”¹⁵ justificam que se tentem evitar os males de um desregramento corporal e espiritual. Os testemunhos, se divergem quanto à responsabilidade da fundação do Recolhimento, oscilando entre os esforços conjugados de D. Martim Pereira e Frei António de

¹¹ Vide “Carta que o P. Cypriano Soares escreueo [...]” apud Francisco Rodrigues, S. J., *op. cit.*, p. 533.

¹² Vide carta do Padre Jorge Serrano, da Companhia de Jesus, de 5 de Dezembro de 1569, em que se afirma que nessa casa se recolhiam “as criças desamparadas com seus sinais përa que cessando o trabalho fossem conhecidas dos próprios pais”, apud Maria Joana de Sousa Anjos Martins, *Subsídios para o Estudo da Assistência Social Portuguesa. Os Recolhimentos de Lisboa. 1543-1623*. Dissertação para licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1961, exemplar policopiado, p. 118.

¹³ Pêro Rodrigues Soares afirma que “no mês de Julho e Agosto não ouue dia de menos de mortos de quinhentos seiscentos e setecentos não auendo ia adros onde os enterrar que uinte trinta corenta sincoenta sesenta deitauão em cada coua que pera o tal faziam muito grandes”, abrindo-se sepulturas em “monturos, ouliuais, prayas [...] ate o campo da forca que foi todo laurado de couas”. Vide Pêro Roiz Soares, *Memorial de [...]*. Leitura e Revisão de M. Lopes de Almeida, tomo I, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1953, pp. 19-20.

¹⁴ Vide Maria Joana de Sousa Anjos Martins, *op. cit.*, p. 118.

¹⁵ Vide Padre António Franco, *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus, no real collegio da Companhia de Jesus de Coimbra em Portugal*, vol. I, Évora, 1719, p. 614.

Monsserrate¹⁶, de inteira “indústria e fábrica” deste jesuíta¹⁷ ou por diligências destes religiosos com directa intervenção de D. Sebastião¹⁸, deixam entrever a nítida colaboração dos padres da Companhia e o assentimento e auxílio material do rei na protecção de donzelas órfãs e de mulheres honradas, em situação de desamparo. Expressão operativa dos critérios de selecção empreendidos pelos agentes de caridade no período moderno, a escolha constituiu um imperativo assistencial em época de crise, direccionada para a fundação de estabelecimentos para crianças e jovens.

Frei Cláudio da Conceição, em 1818, atribuindo o Recolhimento a D. Sebastião, restringiu a selectividade assistencial, dirigindo-o “para as viúvas e filhas de seus criados perdidos na peste grande”¹⁹. Mas, tudo faz supor que o estabelecimento, a Santa Marta, teria uma outra abrangência, aí vivendo muitas donzelas “com tanta clausura, recolhimento e virtude como se fossem já Religiosas” que concedia “de sua fazenda [...] cada anno vinte moyos de trigo e mil cruzados”, pagos pela Casa da Mina²⁰, com condição que se descontasse a porção relativa a cada recolhida que saísse, por falecimento ou casamento, “sem que em lugar da que faltava entrasse outra de novo”²¹.

¹⁶ Vide “Carta que o P. Cypriano Soares escreveu [...]”, *op. cit.*, p. 534.

¹⁷ Padre M. Baltazar Teles, *Chronica da Companhia de Jesu, na provincia de Portugal e do que fiseram, nas conquistas d’este Reyno, os Religiosos, que na mesma Provincia entraram*, vol. II, Lisboa, 1647, fl. 177.

¹⁸ No capítulo VIII do tomo II da *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1972, app. 363-364, intitulado “Mosteyro das Religiosas de S. Marta da Seráfica Ordem de S. Francisco”, lê-se que vendo os padres de S. Roque, por ocasião do “mal contagioso da peste, que por antonomasia chamaram, [...] o grande dezemparo em que tinham ficado muytas donzellas nobres e honradas que o mal tinha deyxado sem pay, sem mãy, sem irmãos e finalmente sem aquelles de quem dependia o seo emparo e remédio [...] assim compadecidos de tam extrema necessidade recorreram a El Rey D. Sebastiam, que já governava, pêra que elle com sua real grandesa mandase acodir a tantas donzellas e mulheres honradas [com] falta de preciso pêra sustentar a vida ou, o que val mays, suas honras e consciências”. Por proposta dos padres, e generosa piedade do rei, recolheram-se as donzelas em diversas casas particulares, à custa da sua real fazenda, tendo a muitas acudido com dotes “competentes conforme sua qualidade”, “outras se recolheram em vários mosteyros, humas por freyras de veo preto e outras por conversas” e as mais, “que faziam numero de sincoenta e quatro, se recolhiam em huma casa que chamavam de Sancta Marta”.

¹⁹ Vide Frei Cláudio da Conceição, *Gabinete Histórico*, vol. II, Lisboa, 1818, p. 295.

²⁰ Vide *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas [...]*, p. 364.

²¹ Vide *ibidem*, pp. 364-365.

De vida efémera, sob a direcção espiritual dos padres de S. Roque, em 1583, o Recolhimento torna-se Mosteiro, da invocação de Santa Marta²², pela “virtude”, “religião” e “observância” com que aí se vivia. Porém, terá cumprido a sua principal missão, a acreditar no Padre Cipriano Soares que considerava que “esta obra em tiempo tan afligido há edificado mucho a todos, y consolado en extremo a toda a Ciudad”²³.

Diga-se que estes recolhimentos efémeros, a par de outros que se conhecem com vida mais longa²⁴, não ofereciam eterno abrigo aos necessitados acolhidos, mas sim amparo temporário, no caso, em tempos particularmente difíceis, fornecendo às crianças ou às jovens os cuidados tidos por essenciais: corporais e espirituais. Locais de passagem, à situação transitória adjunta-se a duração imprecisa dos mesmos, numa manifesta dinâmica de remediar e de integrar os necessitantes assistidos. Importa, pois, que se compreendam as linhas de actuação destes estabelecimentos, cujos registos de vida são exíguos, na conjuntura epidémica de intervenção régia e religiosa com vista a minorar os efeitos sociais da peste. Medidas que resultam já de uma sucedida experiência de instituições do género. Com efeito, pode-se falar de um movimento de fundação de Recolhimentos, progressivamente construído ao longo da modernidade, numa afirmação dos serviços de assistência pública²⁵. Em que sobressai, concretamente nos ora evocados, uma interpenetração dos sentidos da «consciência» régia e da «missão» religiosa nos motivos fundacionais dessas Casas. Que assentam na «obrigação» do rei, no «ministério» de Deus e no «serviço» de Estado. Os Recolhimentos que funcionavam em Lisboa, por subsídio régio, expressam, de alguma forma, os fundamentos de um serviço público, de pronta resposta em tempo de crise. Os

²² Vide *ibidem*, pp. 365-366.

²³ Vide “Carta que o P. Cypriano Soares escreveu [...]” apud Francisco Rodrigues, S. J., *op. cit.*, p. 526.

²⁴ Tem-se em curso o estudo dos Recolhimentos femininos lisboetas na Modernidade, de que resultou já o trabalho intitulado “Poder Régio e tutela episcopal nas instituições de assistência na época moderna: os Recolhimentos de Lisboa”, apresentado no colóquio “Bispos, Cabidos e Assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)”, Évora, 5 e 6 de Junho de 2003, ora no prelo e para encontros científicos próximos, seguem-se os trabalhos “O Recolhimento das Donzelas Órfãs da Misericórdia de Lisboa: pobreza e assistência na Época Moderna” e “Caridade e Clausura: honra e virtude feminina em Lisboa na Modernidade”.

²⁵ Para um conspecto global, vide o sempre útil estudo de Victor Ribeiro, *História da Beneficência Pública em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907.

proponentes deste tipo de caridade – religiosos – revelam-nos não só as estruturais definições da pobreza²⁶, mas também os cuidados específicos e selectivos que mereciam crianças e jovens no horizonte assistencial pestífero. Elas constituíam a base da família e representavam um grupo relativamente benévolo de incidência da peste²⁷, fornecendo os recursos para o sucesso da caridade. Em maior ou menor extensão, as iniciativas na saúde pública provinham de várias direcções; não sendo o resultado único do impulso estatal, mas o produto de outras forças, mormente religiosas, que procuravam ajudar os «inocentes», vítimas da funesta conjuntura. Perante o binómio pobreza-doença ou doença-empobrecimento, surgiram planos e concretizações temporárias, mais ou menos duradouras, de redução do sofrimento, de preservação das vidas e de reputação dos costumes, numa clara expressão utilitária da beneficência. Legítimos beneficiários da caridade, as crianças e as órfãs apresentavam-se como benefícios sociais para uma caridade prestável. Face à alarmante mortalidade durante os surtos epidémicos, reforçar a assistência às crianças e às jovens era um método útil de salvação de vidas e de almas (pelo perigo da dissolução das vivências). Na vertente redistributiva da caridade, elas eram os mais fracos a quem cabia e valia auxiliar.

Órfãos, donzelas e viúvas, estereótipos da pobreza, constituíam uma das categorias preferenciais da assistência estrutural e conjuntural. A peste, doença com sintomas reconhecíveis, impunha mecanismos/estratégias de reacção à enfermidade, por forma a enfrentar a manifesta desordem social. Equilíbrio e saúde e desequilíbrio e enfermidade, que marcam o estado vivencial, derivam numa variedade de atitudes, seja explicativas ou compensatórias das afecções. Assim se entende, nesta linha programática, a criação provisória das casas assistenciais de Lisboa, ao tempo da «peste grande».

²⁶ Observe-se a multiplicidade de sentidos da « pobreza » em Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*, vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2000, em especial, pp. 23-163.

²⁷ Para os níveis e incidências etárias e de género da mortalidade provocada pela «peste grande» em Lisboa, vide Teresa Rodrigues, *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 102-108.